



1

---

---

---

---

---

---

---

---



2

---

---

---

---

---

---

---

---



3

---

---

---

---

---

---

---

---



4

---

---

---

---

---

---

---

---



5

---

---

---

---

---

---

---

---



6

---

---

---

---

---

---

---

---



7

---

---

---

---

---

---

---

---



8

---

---

---

---

---

---

---

---



9

---

---

---

---

---

---

---

---



10

---

---

---

---

---

---

---

---



11

---

---

---

---

---

---

---

---



12

---

---

---

---

---

---

---

---



13

---

---

---

---

---

---

---

---



14

---

---

---

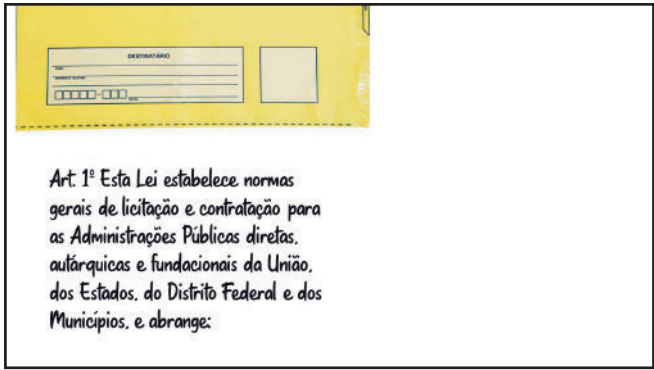
---

---

---

---

---



Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

15

---

---

---

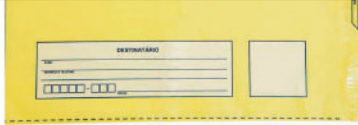
---

---

---

---

---



Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da **União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, e abrange:

---

---

---

---

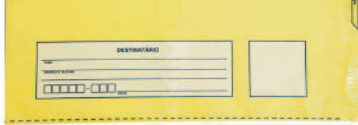
---

---

---

---

16



Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da **União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, e abrange:

I - os órgãos dos **Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal** e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

---

---

---

---

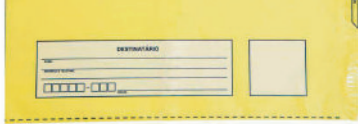
---

---

---

---

17



Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da **União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, e abrange:

I - os órgãos dos **Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal** e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

---

---

---

---

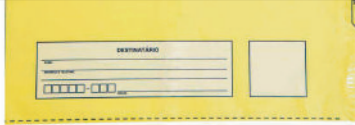
---

---

---

---

18



Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

- I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;
- II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

19

---

---

---

---

---

---

---

---



A Lei n. 8.666/93 é a Lei Geral de Licitações?

20

---

---

---

---

---

---

---

---



A Lei n. 8.666/93 uma das Leis Gerais de Licitações!

21

---

---

---

---

---

---

---

---

**Previsão legal**  
após a NLL

- Lei nº 8.666/1993**  
(Estatuto de Licitações e Contratos)
- Lei nº 8.987/1995**  
(Lei das Concessões e Permissões)
- Leis nºs 9.472/1997 e 9.986/2000**  
(Modalidade Consulta para a Anatel e demais Ag. Reguladoras)
- Lei nº 10.520/2002**  
(Lei do Pregão)
- Lei nº 11.079/2004**  
(Licitação e contratação das Parcerias Público-Privadas)
- Lei nº 12.232/2010**  
(Licitação e contratação para Serviços de Publicidade)
- Lei nº 12.462/2011**  
(Regime Diferenciado de Contratações)
- Lei nº 12.598/2012**  
(Compras e contratações de produtos e sistemas de defesa)
- Lei nº 13.303/2016**  
(Licitações e contratos nas estatais)

22

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Previsão legal**  
após a NLL

- Lei nº 8.666/1993**  
(Estatuto de Licitações e Contratos)
- Lei nº 8.987/1995**  
(Lei das Concessões e Permissões)
- Leis nºs 9.472/1997 e 9.986/2000**  
(Modalidade Consulta para a Anatel e demais Ag. Reguladoras)
- Lei nº 10.520/2002**  
(Lei do Pregão)
- Lei nº 11.079/2004**  
(Licitação e contratação das Parcerias Público-Privadas)
- Lei nº 12.232/2010**  
(Licitação e contratação para Serviços de Publicidade)
- Lei nº 12.462/2011**  
(Regime Diferenciado de Contratações)
- Lei nº 12.598/2012**  
(Compras e contratações de produtos e sistemas de defesa)
- Lei nº 13.303/2016**  
(Licitações e contratos nas estatais)

23

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Previsão legal**  
após a NLL

- Lei nº 8.666/1993**  
(Estatuto de Licitações e Contratos)
- Lei nº 8.987/1995**  
(Lei das Concessões e Permissões)
- Leis nºs 9.472/1997 e 9.986/2000**  
(Modalidade Consulta para a Anatel e demais Ag. Reguladoras)
- Lei nº 10.520/2002**  
(Lei do Pregão)
- Lei nº 11.079/2004**  
(Licitação e contratação das Parcerias Público-Privadas)
- Lei nº 12.232/2010**  
(Licitação e contratação para Serviços de Publicidade)
- Lei nº 12.462/2011**  
(Regime Diferenciado de Contratações)
- Lei nº 12.598/2012**  
(Compras e contratações de produtos e sistemas de defesa)
- Lei nº 13.303/2016**  
(Licitações e contratos nas estatais)

24

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



**Previsão legal**  
após a NLL

- Lei nº 8.666/1993**  
(Estatuto de Licitações e Contratos)
- Lei nº 8.987/1995**  
(Lei das Concessões e Permissões)
- Leis nºs 9.472/1997 e 9.986/2000**  
(Modalidade Consulta para a Anatel e Demais Ag. Reguladoras)
- Lei nº 10.520/2002**  
(Lei do Pregão)
- Lei nº 11.079/2004**  
(Licitação e contratação das Parcerias Público-Privadas)
- Lei nº 12.232/2010**  
(Licitação e contratação para Serviços de Publicidade)
- Lei nº 12.462/2011**  
(Regime Diferenciado de Contratações)
- Lei nº 12.598/2012**  
(Compras e contratações de produtos e sistemas de defesa)
- Lei nº 13.303/2016**  
(Licitações e contratos nas estatais)

25

---

---

---

---

---

---

---

---

**APLICABILIDADE**  
*temporal*

26

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 194.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de abril de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

27

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 191.** Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

28

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 191.** Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Licitar ou  
Contratar diretamente

29

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 191.** Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Licitar ou  
Contratar diretamente

Regime "anterior"  
ou NLL

30

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 191.** Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Licitar ou Contratar diretamente      Regime "anterior" ou NLL      Expressa indicação

31

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 191.** Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Licitar ou Contratar diretamente      Regime "anterior" ou NLL      Expressa indicação

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

32

---

---

---


---

---

---

---

---



O que é possível até 01.04.23?

33

---

---

---

---

---

---

---

---



34

---

---

---

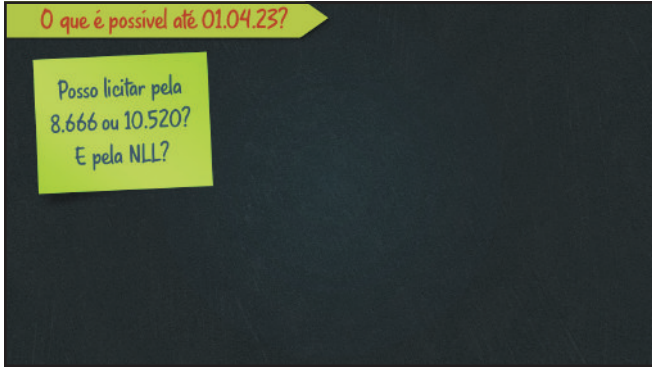
---

---

---

---

---



35

---

---

---

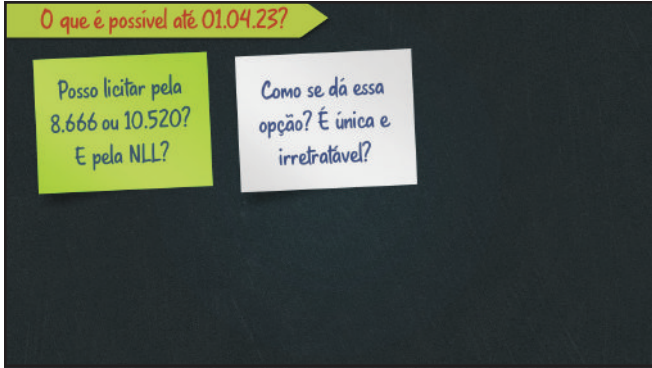
---

---

---

---

---



36

---

---

---

---

---

---

---

---

O que é possível até 01.04.23?

Posso licitar pela 8.666 ou 10.520? E pela NLL?

Como se dá essa opção? É única e irrevogável?

Posso fazer contratação direta por ambas as leis?

37

---

---

---

---

---

---

---

---

O que é possível até 01.04.23?

Posso licitar pela 8.666 ou 10.520? E pela NLL?

Como se dá essa opção? É única e irrevogável?

Posso fazer contratação direta por ambas as leis?

Como ficam meus contratos firmados até 31.03.21?

38

---

---

---

---

---

---

---

---

O que é possível até 01.04.23?

Posso licitar pela 8.666 ou 10.520? E pela NLL?

Como se dá essa opção? É única e irrevogável?

Posso fazer contratação direta por ambas as leis?

Como ficam meus contratos firmados até 31.03.21?

Como ficam meus contratos firmados a partir de 01.04.21?

39

---

---

---

---

---

---

---

---



40

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 191.** Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

41

---

---

---

---

---

---

---

---

**REGRAS DE TRANSIÇÃO**  
*para pequenos municípios*

42

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 176.** Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

---

---

---

---

---

---

---

---

43

**Art. 176.** Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;

---

---

---

---

---

---

---

---

44

**Art. 176.** Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma **eletrônica** a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

---

---

---

---

---

---

---

---

45

**Art. 176.** Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

---

---

---

---

---

---

---

---

46

**Art. 176.** Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

---

---

---

---

---

---

---

---

47

**Art. 176.** Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

---

---

---

---

---

---

---

---

48



# PROCEDIMENTOS AUXILIARES

49

---



---



---



---



---



---



---

# PROCEDIMENTOS AUXILIARES *definição*

50

---



---



---



---



---



---



---



51

---



---



---



---



---



---



---



52

---

---

---

---

---

---

---

---



53

---

---

---

---

---

---

---

---

Art. 6º. XLV - **sistema de registro de preços**: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

54

---

---

---

---

---

---

---

---



55

---

---

---

---

---

---

---

---



56

---

---

---

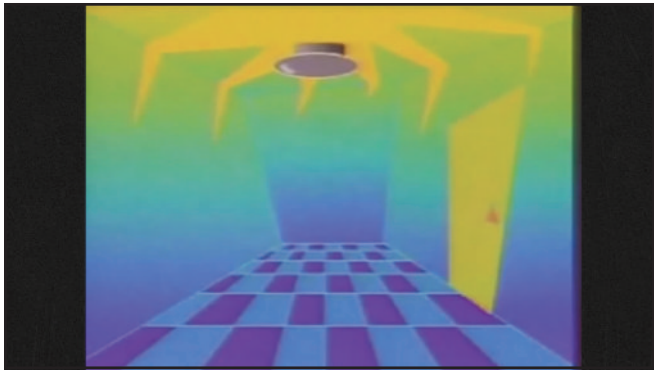
---

---

---

---

---



57

---

---

---

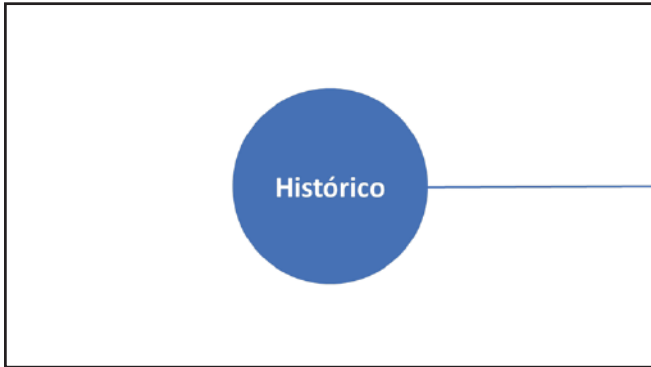
---

---

---

---

---



58

---

---

---

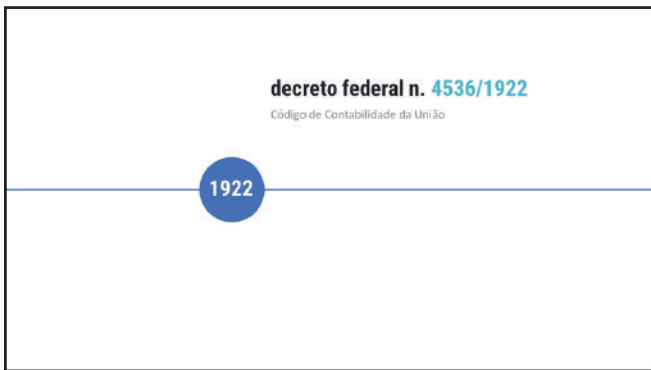
---

---

---

---

---



59

---

---

---

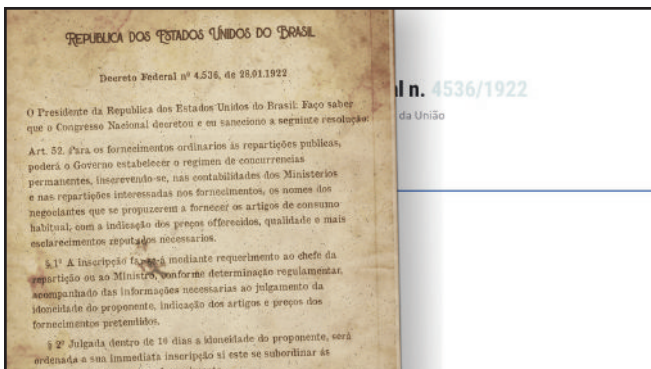
---

---

---

---

---



60

---

---

---

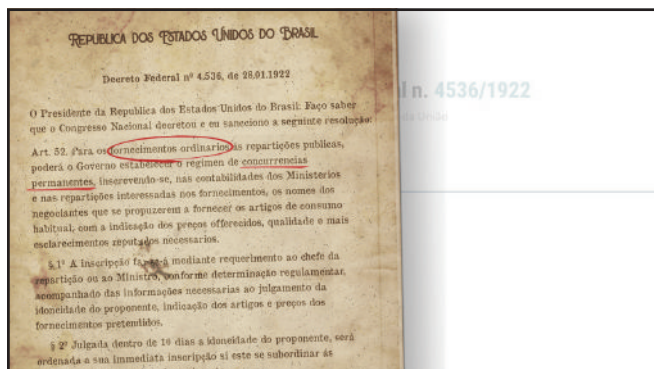
---

---

---

---

---



61

---

---

---

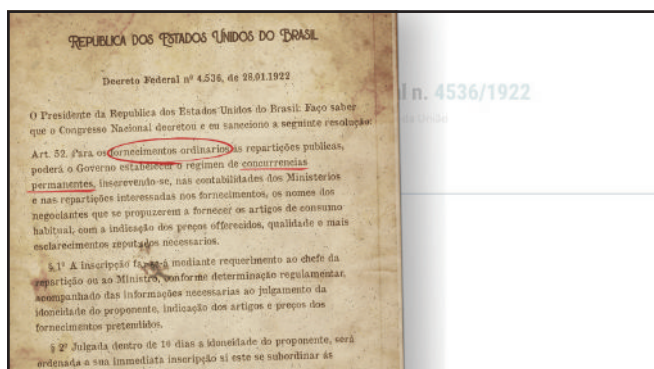
---

---

---

---

---



62

---

---

---

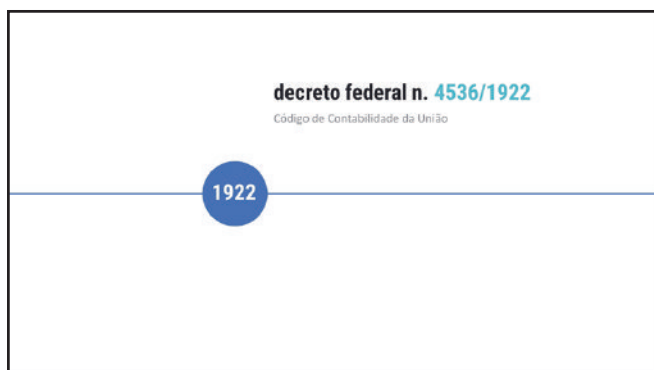
---

---

---

---

---



63

---

---

---

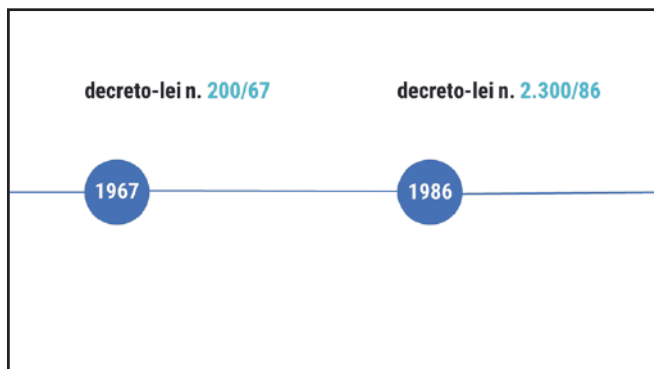
---

---

---

---

---



64

---

---

---

---

---

---

---

---

65

---

---

---

---

---

---

---

---

66

---

---

---

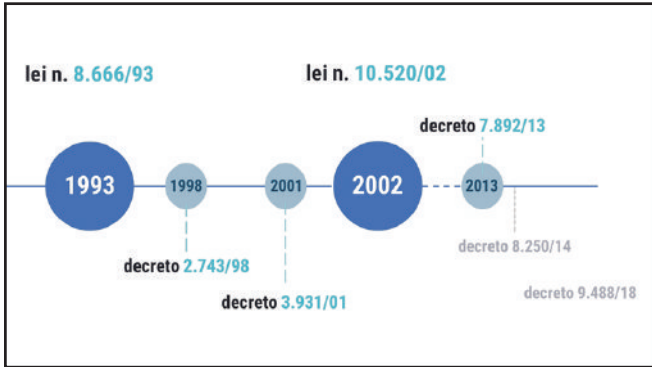
---

---

---

---

---



67

---

---

---

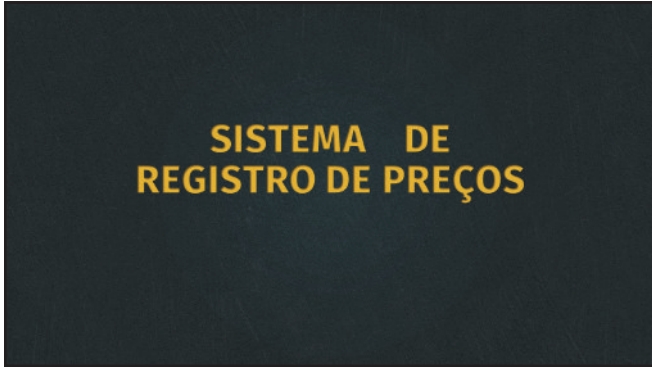
---

---

---

---

---



68

---

---

---

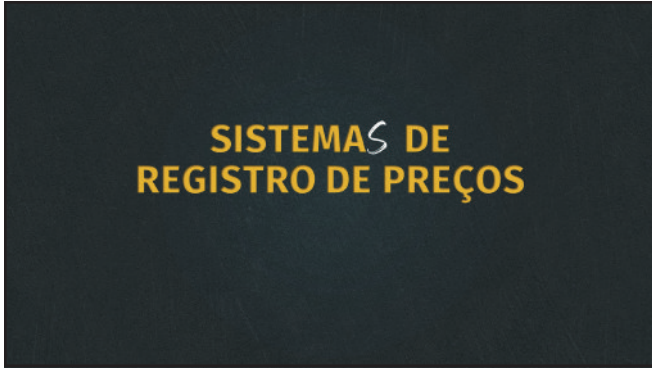
---

---

---

---

---



69

---

---

---

---

---

---

---

---

<p><b>SRP TRADICIONAL</b></p> <p>lei n. 8.666/93 decreto n. 7.892/13</p>	<p><b>SRP RDC</b></p> <p>lei n. 12.462/11 decreto n. 7.581/11</p>	<p><b>SRP ESTATAIS</b></p> <p>lei n. 13.303/16 ? regulamento?</p>
--	---	---

---

---

---

---

---

---

---

---

70

<p><b>Art. 78.</b> São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:</p> <p>IV - sistema de registro de preços;</p> <p>§ 1º Os procedimentos auxiliares de que trata o caput deste artigo obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento.</p>	<p style="color: red;">Sistema de Registro de Preços</p> <p>Procedimento auxiliar</p> <p>Critérios claros e objetivos definidos em regulamento</p>
--	--

---

---

---

---

---

---

---

---

71

<p><b>Art. 82. §5º</b> O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:</p> <p>II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;</p> <p>§6º O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.</p>	<p style="color: red;">Sistema de Registro de Preços</p> <p>Procedimento auxiliar</p> <p>Critérios claros e objetivos definidos em regulamento</p>
--	--

---

---

---

---

---

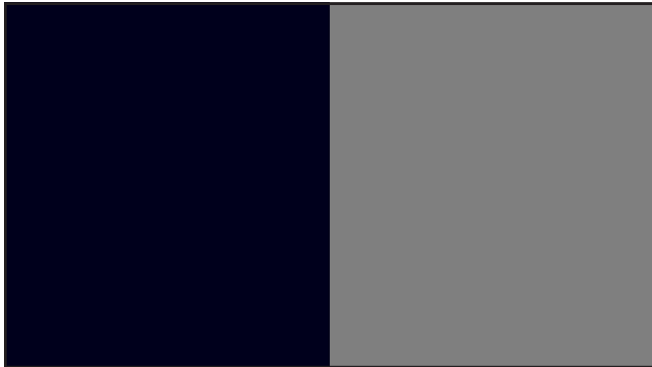
---

---

---

72





73

---

---

---

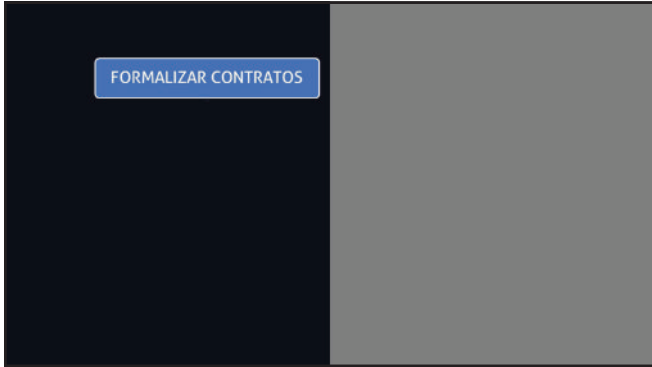
---

---

---

---

---



74

---

---

---

---

---

---

---

---



75

---

---

---

---

---

---

---

---



76

---

---

---

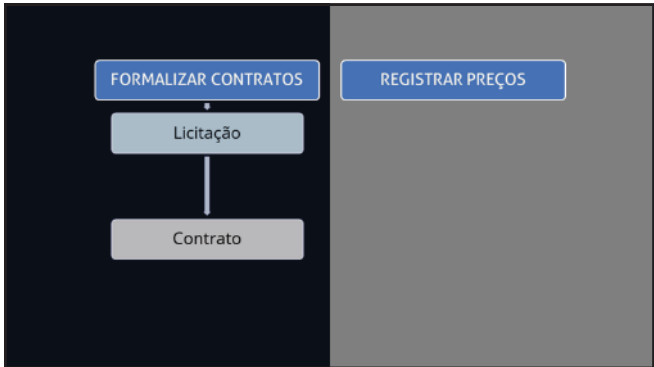
---

---

---

---

---



77

---

---

---

---

---

---

---

---



78

---

---

---

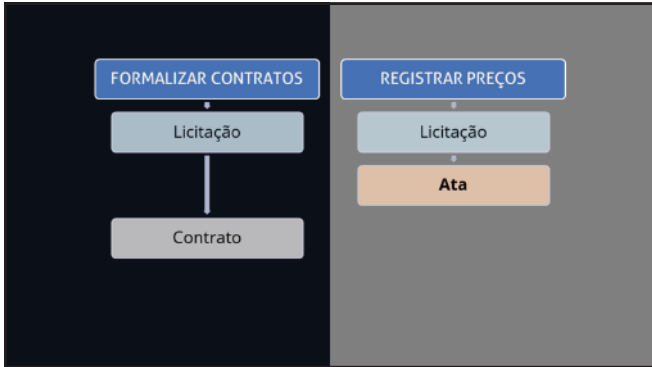
---

---

---

---

---



79

---

---

---

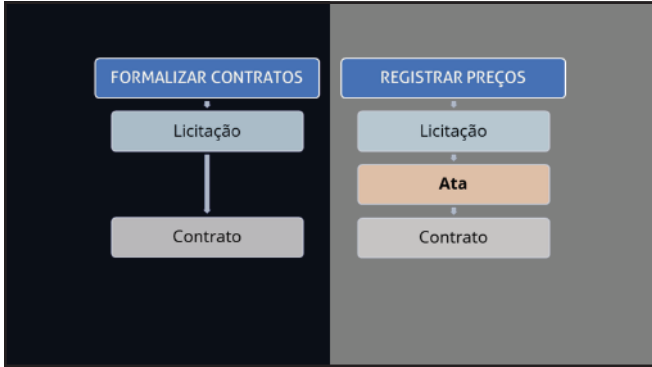
---

---

---

---

---



80

---

---

---

---

---

---

---

---

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
*ata x contrato*

81

---

---

---

---

---

---

---

---



82

---

---

---

---

---

---

---

---



83

---

---

---

---

---

---

---

---



84

---

---

---

---

---

---

---

---



85

---

---

---

---

---

---

---

---



86

---

---

---

---

---

---

---

---



87

---

---

---

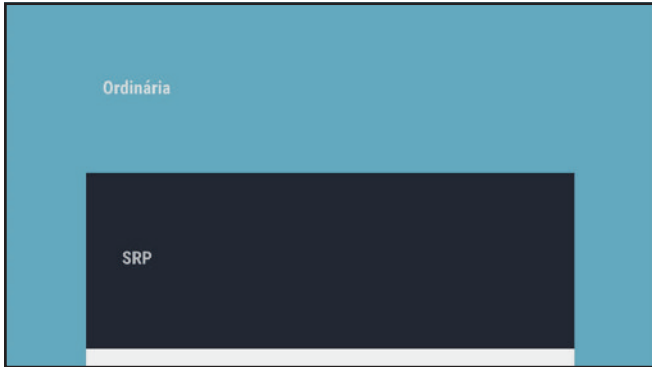
---

---

---

---

---



88

---

---

---

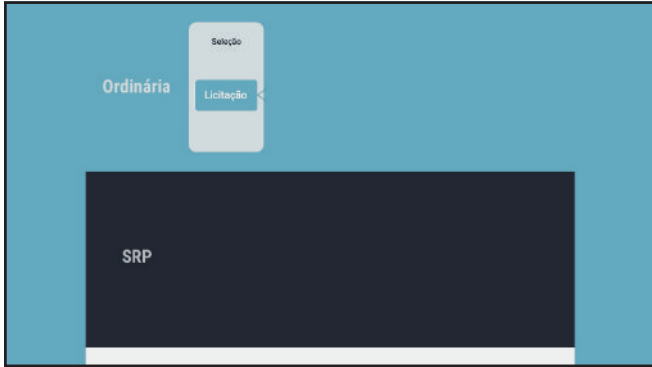
---

---

---

---

---



89

---

---

---

---

---

---

---

---



90

---

---

---

---

---

---

---

---



91

---

---

---

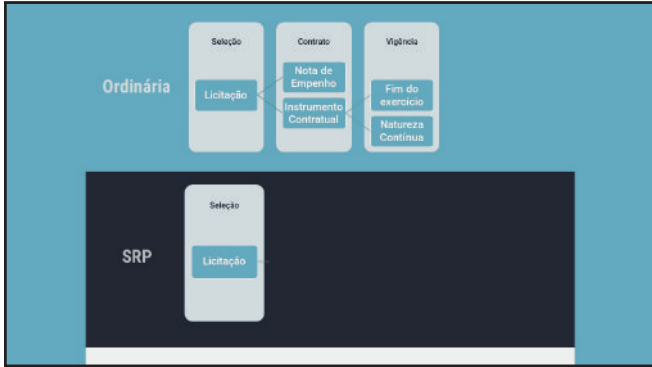
---

---

---

---

---



92

---

---

---

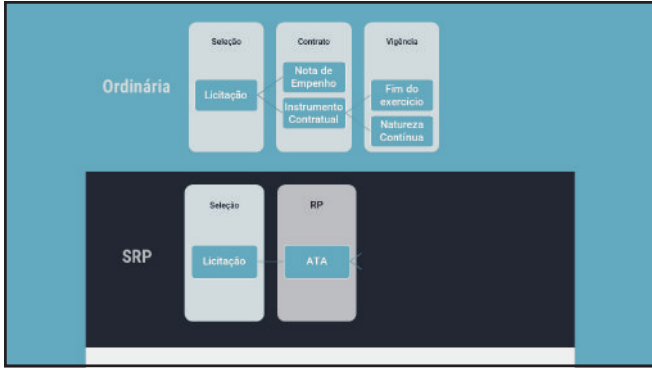
---

---

---

---

---



93

---

---

---

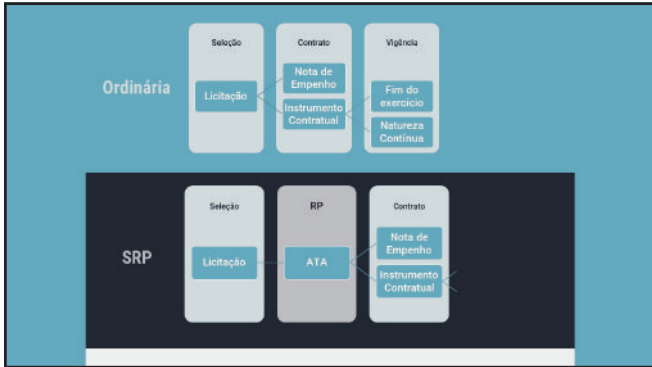
---

---

---

---

---



94

---

---

---

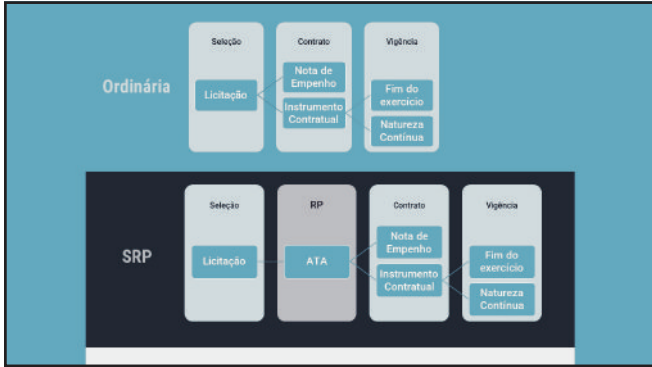
---

---

---

---

---



95

---

---

---

---

---

---

---

---



96

---

---

---

---

---

---

---

---



**Reduz o número de licitações realizadas**

---

---

---

---

---

---

---

97

**Reduz o número de licitações realizadas**  
**Redução dos custos em razão da economia de escala\***

---

---

---

---

---

---

---

98

**Reduz o número de licitações realizadas**  
**Redução dos custos em razão da economia de escala\***  
**Contratação conforme a necessidade**

---

---

---

---

---

---

---

99

Reduz o número de licitações realizadas  
 Redução dos custos em razão da economia de escala\*  
 Contratação conforme a necessidade  
 Redução de custos com armazenamento de estoques

100

---

---

---

---

---

---

---

---

Reduz o número de licitações realizadas  
 Redução dos custos em razão da economia de escala\*  
 Contratação conforme a necessidade  
 Redução de custos com armazenamento de estoques  
 Prescindibilidade de reserva orçamentária

101

---

---

---

---

---

---

---

---



102

---

---

---

---

---

---

---

---



103

---

---

---

---

---

---

---

---



104

---

---

---

---

---

---

---

---



105

---

---

---

---

---

---

---

---



106

---

---

---

---

---

---

---



107

---

---

---

---

---

---

---



108

---

---

---

---

---

---

---



109

---

---

---

---

---

---

---

---



110

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 82.** O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

**VII** - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação; (...)

**§5º. VI** - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

111

---

---

---

---

---

---

---

---

**VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;**

112

---

---

---

---

---

---

---

---

**Adesão por**  
*não participantes*

113

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 86. § 2º** Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do **art. 23 desta Lei**;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

114

---

---

---

---

---

---

---

---

**Art. 86. § 2º** Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

---

---

---

---

---

---

---

---

115

**Art. 86. § 3º § 3º** A faculdade conferida pelo § 2º deste artigo estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.

---

---

---

---

---

---

---

---

116

**Art. 86. § 3º § 3º** A faculdade conferida pelo § 2º deste artigo estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.

---

---

---

---

---

---

---

---

117

**Art. 86. § 3º § 3º** A faculdade conferida pelo § 2º deste artigo estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital

118

---

---

---

---

---

---

---

---

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
*agrupamento*

119

---

---

---

---

---

---

---

---

Art. 82. § 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

120

---

---

---

---

---

---

---

---





121

---

---

---

---

---

---

---